Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Terra / Demarcações
 Data 22/07/93 Pg.: 251

Funai pede que Justiça acelere demarcação

O presidente da Funai, Cláudio Romero fez um apelo ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa para que acelere o processo de demarcação das áreas indígenas. No Ministério da Justiça existem 19 portarias aguardando a assinatura de Corrêa, enquanto no Palácio do Planalto tem oito atos de homologação esperando a sanção de Itamar Franco. A impossibilidade de realizar as demarcações até outubro, levou Romero a enviar mensagem a Itamar Franco, Maurício Corrêa, procurador-geral da República, Aristides Junqueira e aos presidentes do Senado, Humberto Lucena e da Câmara, Inocêncio Oliveira justificando o não cumprimento do preceito constitucional.

Na mensagem, Cláudio Romero sustenta que houve falta de vontade política em efetuar as demarcações, que originou também a escassez de recursos para concretizar o que estabelece a Constituição. A justificação se fez necessária, para evitar que a Procuradoria entre com uma ação contra o presidente da Funai, que poderia responsabilizar Romero por não demarcar as terras. Caso isso ocorresse Romero poderia ser até preso.

Das 519 áreas indígenas, somente 164 estão homologadas. Sem qualquer providência por parte da Funai ainda se encontram 106 reservas. Enquanto outras 18 estão identificadas com processo encaminhado ao Ministério da Justiça, outras 43 também já estão identificadas com processo na Funai. Com portaria para demarcação e delimitadas tem 68, já regularizadas com registro em cartório são 87 e outras 33 já estão demarcadas. Para realizar todo o trabalho demarcatório a Funai precisaria de, pelo menos Cr\$ 110 bilhões (em valores de abril de 1992).

Cláudio Romero destaca que as demarcações estão quase paradas, e tudo que é possível para agilizar a Funai está realizando através de convênios. Na audiência Romero levou os integrantes da comissão criada por Itamar Franco para fazer a programação do Ano Internacional dos Povos Indígenas, que tem por objetivo

principal a alocação de recursos para o processo de demarcação.

Entre as portarias que estão aguardando a assinatura de Maurício Corrêa se encontra a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol (RR) habitada por cerca de dez mil índios macuxi. Segundo Romero a área necessita ser demarcada com urgência, tendo em vista o processo de invasão que está ocorrendo na reserva pelos garimpeiros que estão sendo expulsos da área ianomami. Um forte lobby dos políticos de Roraima foi montado contra a demarcação da área macuxi.

Indignação — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifestou ontem indignação contra o que chamou de mais uma tentativa de tumultuar a demarcação das terras indígenas brasileiras. Trata-se da atitude da Casa Civil da Presidência da República que, através da subchefia para assuntos jurídicos, devolveu ao Ministério da Justiça as minutas de decretos para a demarcação de seis áreas indígenas, alegando a necessidade de se ouvir o EMFA, DNPM, Embrapa e a Eletrobrás.

De acordo com o secretário do Cimi, Francisco Gunther Loebens, a posição da Casa Civil teve como base o aviso 745/SG-PR, do ex-presidente Fernando Collor, que foi contestado à época pelo Ministério da Justiça. A contestação foi aceita pela própria Secretaria Geral que voltou atrás na sua decisão, devolvendo aos processos demarcatórios os caminhos estabelecidos pelo Decreto nº 22, de fevereiro de 1991.

Por este decreto, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, no âmbito de suas competências, devem prestar informações sobre a área objeto de estudo ao grupo técnico da Funai, no prazo de 30 dias contados a partir da publicação do ato que constituir o grupo de trabalho.

Francisco Loebens denuncia que o prazo constitucional para a demarcação das áreas indígenas no Brasil está se exaurindo e, nem assim, o Governo "dá sinais de que quer agilizar o processo administrativo de demarcação que está parado".